



Síntese de evidências nº1 OdB
setembro 2022

Quem ameaça a democracia brasileira é a branquitude: uma leitura racializada da base eleitoral de Bolsonaro em 10 pontos



SUMÁRIO

Apresentação	3
Forças Armadas	4
Elite das Forças Armadas é majoritariamente branca e instituições não dispõem de políticas de inclusão com base na raça	4
Servidores ocupam a maioria dos cargos de alto escalão no poder executivo federal	5
Exército apresenta “graves fragilidades” na fiscalização de clubes de tiros, lojas de arma e dos caçadores, atiradores e colecionadores (CACs)	5
Militares irão fiscalizar contagem de votos pela primeira vez na história	6
Agronegócio	7
O agro é branco	7
O agro é pop? O agro é tudo?	7
O agro quer reeleição	8
Empresários	9
Bolsonaristas acusados de espalhar “mensagens golpistas”	9
Contribuintes envolvidos em denúncia de exploração de trabalhadores e infrações ambientais	9
Subvenção ministerial e doação	10
Comentários finais	10
Referências bibliográficas	12



Apresentação

De olho em uma das corridas eleitorais mais acirradas e decisivas do país, o [Observatório da Branquitude](#) elaborou esta síntese de evidências na intenção de construir um quadro analítico capaz de articular ações do atual governo federal, que pleiteia a reeleição em 2022; de setores internos significativos, integrantes de sua base de apoio; e os rumos da democracia brasileira, frontalmente ameaçada pelo projeto político reacionário fundado nas alianças em questão. A ideia é oferecer uma leitura dessas relações sob a ótica da branquitude, lugar de poder material e simbólico que reserva os melhores postos a grupos raciais brancos.¹

Portanto, apresentaremos a seguir um breve panorama com 10 pontos que buscam demonstrar ser a branquitude, sistema de opressão que garante um país para poucos, uma ameaça central à democracia brasileira - e ao processo eleitoral em curso. Da nossa perspectiva, para um novo amanhecer, há de se romper com os pactos narcísicos da branquitude (Bento, 2022) e não renová-los, como parece ser a tendência de candidaturas de oposição.

Com base em dados de fontes secundárias sobre segmentos apoiadores do chefe de Estado brasileiro, quais sejam as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), a indústria do agronegócio e empresários, pretendemos destacar os caminhos pelos quais opera a branquitude no aprofundamento do déficit democrático que exclui, empurra e mantém populações racializadas nas franjas da sociedade brasileira.

Para tanto, esta concisa síntese de evidências organiza-se em duas seções. A primeira abrange informações em torno dos grupos da base mencionados anteriormente, filiados à extrema direita; e a segunda seção procura debater os temas aqui em tela. O Observatório da Branquitude acredita na constituição de novos pactos sociais que perfurem os acordos da branquitude. Em outros termos, que garantam, via pleito eleitoral e pressões sociais, o estabelecimento de uma ordem democrática inclusiva, plena, nas esferas estadual e federal.

¹ Nosso intuito é o de desenvolver um enquadramento analítico a partir de uma síntese de evidências curta e embasada em informações da imprensa e de institutos de produção de conhecimento, distinto de uma síntese global de evidências, mais extensa e que pode abarcar dados de elaboração própria e de fontes secundárias. Trata-se de um convite à leitura de fatos e fenômenos relativos às eleições, à democracia e ao posicionamento de grupos dominantes alinhados à extrema direita a partir da ótica dos estudos críticos da branquitude.



Forças Armadas

1) Elite das Forças Armadas é majoritariamente branca e instituições não dispõem de políticas de inclusão com base na raça

De um universo de 228 militares do alto escalão da Força Aérea e da Marinha brasileiras, 225 são brancos. Isto é, apenas três integrantes se declaram negros (apenas na Força Aérea), o equivalente a um quinto da representação de negros encontrada na sociedade brasileira. Dentre os oficiais-generais da ativa, patente máxima das três Forças, 98,25% são da cor branca ou somente 1,75% são pretos, montante que alcança 9,4% na população. Já no Exército, 171 do total de 172 oficiais integrantes da elite são brancos, sendo somente um único servidor público, general-de-brigada, declarante da cor preta. Os dados foram levantados pelo [jornal o Globo](#) em 2021 via Lei de Acesso à Informação (LAI).

O processo de progressão nessas carreiras do funcionalismo público ocorre por critérios variados tais como concurso público, experiência medida por pontuação, antiguidade e escolha direta de superiores hierárquicos. Ademais, a Lei 12990, de 2014, prevê cota de 20% das vagas para pretos e pardos em concursos da administração pública federal. No entanto, as Forças Armadas não previram vagas até 2018, ano em que foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público Federal.

Questionado pelo O Globo a respeito dessas informações, o Ministério da Defesa afirmou à época que “não há qualquer seleção pautada na cor ou raça de uma pessoa” e que todos os processos seletivos levam em conta “meritocracia, isonomia e impessoalidade”.

À luz do debate sobre a política de cotas no Brasil, cuja implementação federal completa 10 anos em 2022, tal declaração pode ser lida na chave interpretativa que se aproxima do discurso anticotas. E, no limite, antinegro, como reitera o boletim [“Quem são os anticotas no Brasil?”](#), lançado pelo Observatório da Branquitude em agosto de 2022 (fontes: O Globo, 2021; Observatório da Branquitude, 2022).



2) Servidores ocupam a maioria dos cargos de alto escalão no poder executivo federal

Oficiais das Forças Armadas estão na maior parte dos cargos de alto escalão ministerial desde 2019, primeiro ano da gestão. É o maior contingente registrado na história da nova república, uma representatividade sem precedentes que supera, inclusive, os governos da ditadura militar entre 1964 e 1985.

Conforme levantamento do [Correio Braziliense](#) realizado no site Biblioteca da Presidência da República em 2019, considerando o período ditatorial, enquanto Castelo Branco (1964-1967) chamou cinco oficiais, Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979) tiveram sete e Figueiredo (1979-1985) indicou seis. No governo atual, por sua vez, cargos de primeiro escalão são ocupados por nove militares.

Logo, a alocação de oficiais em cargos institucionais estratégicos denota serem eles, junto ao chefe de Estado, os principais agentes a pensar e conduzir o projeto de gestão federal. Cabe destacar que, além da presença maciça em posições centrais na burocracia política, as Forças Armadas detêm o controle do poder armamentício, uma de suas funções precípuas. O Exército, em especial, é o responsável pela fiscalização, produção, venda e importação de armas em circulação.

O que nos leva ao terceiro ponto desta síntese de evidências, que explora essa dimensão e seus efeitos possíveis sobre a segurança pública e o sistema eleitoral do país (fonte: Correio Braziliense, 2018).

3) Exército apresenta “graves fragilidades” na fiscalização de clubes de tiros, lojas de arma e dos caçadores, atiradores e colecionadores (CACs)

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), divulgada pelo jornal [Folha de São Paulo](#) em setembro de 2022, apontou falhas importantes na fiscalização do Exército sobre a atuação de clubes de tiros, lojas de armas e CACs. As irregularidades se enquadram em crimes previstos no Estatuto do Desarmamento tais como possuir, ter em depósito ou manter sob guarda arma de fogo, acessório ou munição em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Contudo, não há informações sobre o conhecimento da polícia acerca das violações assinaladas pelo TCU.

Segundo nota do tribunal ao periódico em questão, “essa falta de padrão na execução das ações fiscalizatórias do órgão compromete o sistema de controle de armas de



fogo instituído e impacta negativamente a segurança pública do país". O cenário de insegurança parece ultrapassar a vulnerabilidade verificada na atividade de supervisão militar, atingindo também o rol de normativas nacionais de controle de armas nas mãos de civis. Desde 2018, o poder executivo federal editou 19 decretos, 17 portarias, duas resoluções, três instruções normativas e dois projetos de lei com vistas à flexibilização jurídica de acesso a armas e munições. Entre os principais beneficiados estão os CACs, que registraram posse de [mais de 1 milhão de armamentos](#) em julho de 2022, de acordo com dados do Instituto Igarapé e Sou da Paz, um aumento de 187% em relação a 2018.

Os CACs estão, inclusive, organizando-se em torno de [candidaturas](#) que defendem, entre outras pautas, o barateamento de armas, o que gera preocupação dada a atmosfera de considerável instabilidade e de episódios de violência política - [67,5% dos eleitores temem agressões em razão de motivos políticos](#), conforme o DataFolha. É preciso salientar, ainda, que infelizmente o Brasil é o [oitavo país mais letal do mundo](#) segundo o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. E tal letalidade tem cor, raça, gênero e faixa etária: negros, homens e jovens (fontes: Folha de São Paulo, 2022c; G1, 2022c; yahoo! notícias, 2022; Folha de São Paulo, 2022a; e O Globo, 2022).

4) Militares irão fiscalizar contagem de votos pela primeira vez na história

Em que pese o fato de que todo cidadão possa conferir votos pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pela primeira vez as Forças Armadas brasileiras irão [fiscalizar o pleito](#) com o objetivo público de evitar fraudes nas urnas eletrônicas. O sistema eletrônico, a propósito, nunca registrou casos de irregularidades desde a sua implantação há 25 anos, em 1996, e representa um marco histórico para a celeridade e segurança do processo eleitoral, cujo resultado é publicizado no mesmo dia da votação.

Embora não configure ação em descumprimento de regra eleitoral, [a medida](#), que envolve também projetos-piloto e testes de integridade das urnas, acirra o ambiente de desconfiança e tensão forjado pela instabilidade política que caracteriza a relação entre militares em consonância com o chefe de Estado e o TSE, na vigência de um processo eleitoral democrático que se deseja transparente e íntegro.

Em 2019, a [PEC 135/2019](#) foi redigida pela deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), integrante da base governista, que reivindicava o retorno da obrigatoriedade de cédulas de papel, conferíveis pelo eleitor para fins de auditoria. A proposta foi derrotada na [Câmara dos Deputados](#) em 2021 por 229 votos favoráveis à rejeição da PEC, 218 contrários e uma abstenção (fonte: Folha de São Paulo, 2022b; G1, 2022a; Agência Brasil, 2021).



Agronegócio

5) O agro é branco

Quanto maior a propriedade rural, maior é a ocupação da terra por produtores brancos. O setor agro brasileiro reproduz o padrão de desigualdades raciais no que concerne à distribuição de terras, apesar de reunir mais produtores negros do que brancos, com 2,6 milhões contra 2,2 milhões, respectivamente. Produtores da cor branca estão em 208 milhões de hectares, quase 60% da área total das propriedades rurais registradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 em levantamento realizado pela [Agência Pública](#). Em contraposição, os negros ocupam menos da metade da área dos brancos, 99 milhões de hectares correspondentes a 28% da área total de estabelecimentos rurais.

O cultivo de soja no Brasil centraliza a maioria de produtores brancos, com 88,24% em comparação a 9,64% de negros e 0,41% de indígenas. As produções de uva e de fumo detém, cada uma, mais de 84% dos produtores brancos, que também são majoritários no cultivo de café, cana-de-açúcar, e na criação de bovinos. Negros, por sua vez, produzem mais cacau, suínos, caprinos, ovinos e aves, e estão presentes no extrativismo em florestas nativas.

No Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos os produtores de estabelecimentos rurais acima de 10 mil hectares são brancos – não há um único negro nessa faixa. No Mato Grosso, estado com maior número de fazendas com mais de 10 mil hectares, a proporção é de cinco brancos para cada negro (fonte: Agência Pública, 2019).

6) O agro é pop? O agro é tudo?

O *slogan* publicitário que ganhou aderência no senso comum brasileiro encontra eco em falas do presidente da República, que costuma reverenciar a indústria do agronegócio como setor nacional gerador de empregos e de riquezas. As evidências, no entanto,



mostram outro cenário. [O agro beneficia o Brasil de modo desigual](#); e o Estado tem oferecido benesses diretas e indiretas à grande indústria do campo.

A produção rural *stricto sensu*, centrada na produção de plantas e criação de animais, alcança menos de 7% de participação no Produto Interno Bruto (PIB), representando um quarto do que se convencionou chamar de agronegócio, segundo o IBGE em levantamento elaborado pela revista Piauí. Esse é o retrato do grupo que corresponde à base da cadeia produtiva. O ápice da cadeia, por sua vez, é dominado por uma elite empresarial que concentra 85% do valor bruto da produção total em somente 9% dos estabelecimentos, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017.

Do ponto de vista da arrecadação fiscal, calcula-se que o setor sonega ao menos 2 bilhões de reais por ano apenas em impostos sobre a propriedade territorial rural (ITR). Quanto maior a propriedade, maior o montante de imposto a pagar, e quanto maior a utilização agropecuária, menos imposto, conforme a Sociedade Brasileira de Cartografia. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avalia que os fazendeiros utilizem menos de 60% de suas propriedades, ao passo que declaram usar mais de 80% delas (fonte: revista Piauí, 2022).

7) O agro quer reeleição

Importante reiterar que é estreita a conexão entre o segmento agropecuário, com significativa representação no Congresso Nacional, e o processo político que culminou na escalada do atual chefe de Estado ao poder. A bancada ruralista ou Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) apoiou o impeachment de Dilma Rousseff, foi maioria contrária às denúncias de que foi alvo Michel Temer, além de ter endossado a candidatura do presidente em exercício. Também conhecida como bancada do boi, é favorável à liberação de armas de fogo.

Em linha de continuidade, o maior doador da campanha de reeleição do chefe do executivo federal é igualmente do agro: o empresário Oscar Luis Cervi, grande proprietário de culturas de soja no Mato Grosso, doou individualmente R\$1 milhão de reais. Junto a ele, uma série de empresários do agronegócio somaram [quase 70%](#) dos financiadores da recondução presidencial e de seu projeto político de recessão democrática até a primeira semana de setembro. Dentre os 100 maiores doadores, 84 são donos de empreendimentos no campo, com aporte de R\$ 5,3 milhões.

O bloco integra um grupo de empreendedores brasileiros de ramos de negócios variados, como se verá nos três últimos pontos deste documento (fonte: revista Piauí, 2022; Metropolis, 2022b).



Empresários

8) Bolsonaristas acusados de espalhar “mensagens golpistas”

[Oito empresários da base governista](#), donos de *shopping centers*, restaurantes e construtoras, entre outros ramos, estão sob investigação da polícia federal por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). A acusação versa sobre o compartilhamento de mensagens de cunho antidemocrático por meio de redes sociais de conversa, em defesa de suposto golpe de Estado no caso de vitória do ex-presidente Lula nas eleições de 2022. Todos estão com suas redes sociais bloqueadas.

Desse grupo destaca-se Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, um dos bolsonaristas mais radicalizados. Hang esteve no palanque, junto ao presidente e seus correligionários, nas comemorações dos 200 anos da independência do país no último 7 de setembro. O empresário também foi foco de investigação na CPI da Covid liderada pelo Senado Federal, igualmente acusado de espalhar informações falsas em torno de tratamentos presumidamente eficazes contra a doença.

Fundador da Tecnisa, Meyer Nigri igualmente está entre o grupo bolsonarista e fora citado nominalmente na posse do Procurador Geral da República, Augusto Aras, como forma de agradecimento pelo *lobby* em torno de sua indicação para o cargo (fonte: G1, 2022b).

9) Contribuintes envolvidos em denúncia de exploração de trabalhadores e infrações ambientais

O empresário [Gilson Mueller Berneck](#), que concedeu R\$ 150 mil ao comitê de reeleição presidencial, foi arrolado pelo Ministério Público do Trabalho após a identificação de 47 trabalhadores em situação análoga à escravidão em duas de suas fazendas em 2007. Condenada, a companhia de Berneck, de extração e beneficiamento de madeira, [pagou cerca de R\\$ 300 mil](#) como rescisão do contrato dos trabalhadores e recorreu da sentença.

Já Ronaldo Venceslau Rodrigues da Cunha, um dos sócios da Agropecuária Rodrigues da Cunha, do mercado de criação de gado no Mato Grosso, contribuiu com R\$60 mil. [Multado pelo Ibama em R\\$ 2,18 milhões em 2012](#), Cunha é acusado de eliminar, de modo irregular, 1,4 mil hectares de floresta amazônica em Aripuanã (MT), na fronteira entre o Amazonas e Rondônia. A família Rodrigues da Cunha possui um dos maiores rebanhos



bovinos, além de estar entre os grandes vendedores de touros do Brasil (fontes: Metrópolis, 2022b; Metrópolis, 2022a; Carta Capital, 2022).

10) Subvenção ministerial e doação

Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a empresa de maquinário agrícola oriunda do Rio Grande do Sul, Stara S.A, assinou contrato de subvenção de R\$2,1 milhões para investimentos em tecnologia em 2021. No ano seguinte, o presidente do Conselho de Administração e principal acionista da empresa, Gilson Trennenpohl [doou R\\$ 350 mil](#) ao comitê eleitoral do presidente da República.

À frente da Stara até 2020, Trennenpohl passou o comando ao filho, Átila Trennenpohl. Gilson Trennenpohl já defendeu publicamente o chefe do executivo em 2018 (fonte: Metrópolis, 2022c).

Comentários finais

A síntese de evidências acima buscou apresentar, em 10 pontos, uma caracterização das correlações entre a atuação de setores proeminentes da base de apoio do presidente da República, do próprio poder executivo federal na figura do chefe de Estado, e o curso do regime democrático sob a lente da branquitude, com a proximidade das eleições entre nós. A partir da coletânea de dados arrolados anteriormente, acreditamos ser inequívoca a percepção de que a proximidade político-ideológica entre os grupos de poder em tela, filiados a uma agenda de ultra direita, autoritária, os situa em lugar importante na disputa decisiva em torno da legitimidade do sistema democrático no Brasil em 2022.

Do ponto de vista da missão do Observatório da Branquitude, discutir democracia, instituições e mercado no Brasil é lançar luz sobre a pertinência da dimensão racial como elemento fundamental para a construção de quaisquer leituras que se pretendam sistêmicas. A branquitude, em seu aspecto mais visceral e despudorado, pauta e dá tons aos processos pelos quais se assentam as coalizões entre os atores em debate. As Forças Armadas, o agronegócio e o empresariado bolsonarista manifestam, em suas tomadas de decisão e em seus posicionamentos a radicalização da defesa de privilégios e benesses dedicadas aos brancos no curso da história do país.



A rigor, o militarismo e suas elites pálidas parecem rejeitar a implementação da normativa que rege a política federal de reserva de vagas a negros e indígenas na administração pública, em vigência desde 2014. O Exército brasileiro, por sua vez, tem falhado na fiscalização sobre a posse de armas por civis, flexibilizada nos últimos anos, o que pode inflamar o quadro de alta letalidade no país, em que pese o seu recente apetite institucional para a realização da checagem de votos nas eleições que se avizinham, fato inédito na história.

O agronegócio concentra grandes propriedades de terras nas mãos de produtores brancos, engendrado por uma elite tão poderosa quanto diminuta e que extrai, em somente 9% dos estabelecimentos, 85% do valor bruto da produção total de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. O agro demanda a reeleição e, com ela, a manutenção e quiçá o incremento dos acordos ideológicos, fiscais e políticos sob os quais a indústria gira, dada a força da frente parlamentar que a representa. Por fim, o empresariado bolsonarista parece disseminar não somente inverdades nas redes sociais, como também enfrenta denúncias associadas a infrações ambientais e práticas de trabalho análogas à escravidão. O grupo insufla, ademais, dinâmicas de ódio, intolerâncias e afrontas à democracia, a seu conjunto de instituições e a quem dele diverge.

Para aprofundar a discussão, interessa-nos mobilizar dois conceitos oportunos no campo dos estudos críticos da branquitude no Brasil, quais sejam, branquitude crítica e branquitude acrítica (Cardoso, 2010). Por branquitude crítica entende-se os segmentos sociais que condenam expressões de racismo, questionam seus privilégios, ao passo que a branquitude acrítica ratifica e reinventa a centralidade dos privilégios e da ficção do homem branco como parâmetro de humanidade, refutando as demais identidades, “dissonantes”.

A base político-ideológica bolsonarista pode ser interpretada como representação aguda da branquitude acrítica. E embora ocupe lugar de visibilidade na disputa eleitoral determinante neste ano, para o bom e salutar jogo democrático é necessário afirmar que não interessa, como talvez possa parecer, a admissão de uma mera substituição dessa branquitude acrítica, investida da aura de uma pretensa supremacia branca, por grupos políticos alinhados à branquitude crítica.

A branquitude crítica, que pode ser encarnada por setores da oposição, por progressistas parece, eventualmente, se esforçar na constituição de uma blindagem pública que chancela um posicionamento dito antirracista, quando ainda carece de responsabilização política sobre a produção e reprodução de privilégios. E, em última instância, sobre as engrenagens de vazio de direitos, de violência e de morte de pessoas negras e também indígenas.

Portanto, o Observatório da Branquitude aposta na promoção de uma plataforma que sonhe - e se empenhe - na formulação de um Estado para além do antirracismo. Que



rompa com o estado de coisas, isto é, com os pactos narcísicos da branquitude, considerando uma utopia de nação inclusiva. As eleições são oportunidades caras à democracia para tal reflexão e ação, como convidam candidaturas filiadas à transformação a qual estamos confrontados nesse 2022 emblemático para o presente e o futuro do Brasil.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Câmara dos Deputados rejeita PEC do Voto Impresso**. Brasília, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-08/camara-dos-deputados-rejeita-pec-do-voto-impresso> Acesso em: 12 de setembro de 2022.

AGÊNCIA PÚBLICA. **O agro é branco**. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco/> Acesso em: 8 de setembro de 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 135, de 2019. **Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292> Acesso em: 15 de setembro de 2022.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (enero-junio), 2010, pp. 607-630.



CARTA CAPITAL. **A cada cinco doadores da campanha de Bolsonaro, um tem multa no Ibama.** São Paulo, 27 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-cada-cinco-doadores-da-campanha-de-bolsonaro-um-tem-multa-no-ibama/> Acesso em: 12 de setembro de 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Bolsonaro tem mais oficiais no primeiro escalão que presidentes da ditadura.** Brasília, 11 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/11/interna_politica,724473/bolsonaro-tem-mais-oficiais-no-primeiro-escalao-que-ditadura-militar.shtml Acesso em: 14 de setembro de 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Datafolha: Maioria tem medo de agressão por motivos políticos.** São Paulo, 15 de setembro de 2022(a). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-maioria-tem-medo-de-agressao-por-motivos-politicos.shtml> Acesso em: 16 de setembro de 2022.

_____. **Checagem paralela de urnas por militares independe de acordo com TSE; entenda.** São Paulo, 13 de setembro de 2022(b). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/checagem-paralela-de-urnas-por-militares-i-ndepende-de-acordo-com-tse-entenda.shtml> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

_____. **TCU vê indícios de fragilidades na atuação do Exército como fiscal de CACs e clubes de tiro.** São Paulo, 03 de setembro de 2022(c). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/tcu-ve-indicios-de-fragilidades-na-atuacao-do-exercito-como-fiscal-de-cacs-e-clubes-de-tiro.shtml> Acesso em: 16 de setembro de 2022.

G1. **Moraes simula projeto-piloto do teste de integridade das urnas com biometria no TSE.** Brasília, 15 de setembro de 2022(a). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/09/15/moraes-conduz-preparativos-para-teste-de-integridade-das-urnas-com-biometria-no-tse.ghtml> Acesso em: 15 de setembro de 2022.

_____. **Moraes diz que é 'premature' tirar do STF apuração sobre empresários bolsonaristas.** Brasília, 14 de setembro de 2022(b). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/14/moraes-diz-que-e-premature-tirar-do-stf-apuracao-sobre-empresarios-bolsonaristas.ghtml> Acesso em: 16 de setembro de 2022.



____. **Em 3 anos, número de armas registradas por caçadores, colecionadores e atiradores quase triplica e chega a 1 milhão.** Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022(c). Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/31/em-3-anos-numero-de-armas-registradas-por-cacadores-colecionadores-e-atiradores-quase-triplica-e-chega-a-1-milhao.ghtml> Acesso em: 9 de setembro de 2022.

METRÓPOLES. **Produtor que já foi flagrado com trabalho escravo doa para Bolsonaro.** 12 de setembro de 2022(a). Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/produtor-que-ja-foi-flagrado-com-trabalho-escravo-doa-para-bolsonaro> Acesso em: 12 de setembro de 2022.

_____. **Quase 70% das doações a Bolsonaro são do agro.** 06 de setembro de 2022(b). Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/rodrigo-rangel/quase-70-das-doacoes-a-bolsonaro-sao-do-agro> Acesso em: 13 de setembro.

_____. **Bolsonaro recebe R\$ 350 mil de empresário que ganhou R\$ 2 mi do governo.** 02 de setembro de 2022(c). Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/bolsonaro-recebe-r-350-mil-de-empresario-que-ganhou-r-2-mi-do-govern> Acesso em: 08 de setembro de 2022.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **Quem são os anticotas?** [Boletim nº1]. Rio de Janeiro: jul.22, 29 pp. Disponível em: <https://observatoriobranquitude.com.br/anticotas/>

O GLOBO. **Apesar de queda em mortes violentas, Brasil é oitavo país mais letal do mundo.** Rio de Janeiro, 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/apesar-de-queda-em-mortes-violentas-brasil-e-oitavo-pais-mais-letal-do-mundo.ghtml> Acesso em: 15 de setembro de 2022.

_____. **Sem política de inclusão, elite das Forças Armadas não tem diversidade.** Rio de Janeiro, 09 de maio de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/sem-politica-de-inclusao-elite-das-forcas-armadas-nao-tem-diversidade-25009900>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

REVISTA PIAUÍ. **O agronegócio é mesmo um sucesso?** Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-agronegocio-e-mesmo-um-sucesso/> Acesso em: 09 de setembro de 2022.



THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

YAHOO!NOTÍCIAS. **Proarmas: conheça as pautas dos 34 candidatos armamentistas nas eleições de 2022.** Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/proarmas-conheca-as-pautas-dos-34-candidatos-armamentistas-nas-eleicoes-de-2022-124058769.html?guccounter=1> Acesso em: 16 de setembro de 2022.

Como citar esta Síntese de Evidências:

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **Quem ameaça a democracia brasileira é a branquitude: uma leitura racializada da base eleitoral de Bolsonaro em 10 pontos.** [Síntese de Evidências nº1]. Rio de Janeiro: set.22, 15pp.